

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL NÃO FORMAL NA PRAÇA SOB A ÓTICA DA GEOGRAFIA

### NON-FORMAL ENVIRONMENTAL EDUCATION IN THE SQUARE UNDER THE GEOGRAPHY OPTICS

Tânia Peres de Oliveira<sup>1</sup>  
Fabio Alvarenga Peixoto<sup>2</sup>

**Resumo:** Os espaços educativos não formais representam instâncias difusoras de conhecimento, catalisadores de motivação e interesse, tanto para alunos quanto para professores. Iniciativas em educação ambiental podem contribuir para promover uma maior interação do homem com o meio ambiente e dessa forma amenizar os prejuízos causados por essa relação. A praça pode servir de material para o desenvolvimento de programas em educação ambiental com o envolvimento dos professores e dos alunos. O presente trabalho teve por objetivo promover uma discussão teórica sobre a educação não formal, seus desdobramentos no processo de ensino e aprendizagem, a importância dos espaços públicos, em especial a praça, na promoção da educação ambiental e a contribuição da Ciência Geográfica na formação/construção de um ser humano mais consciente, sensível e crítico com as questões socioambientais.

**Palavras-chave:** Espaço não formal. Cidade. Prática educativa.

**Abstract:** Non-formal educational spaces represent knowledge diffusing instances, catalysts of motivation and interest, both for students and teachers. Initiatives in environmental education can contribute to promote a greater interaction of man with the environment and thus lessen the damages caused by this relationship. The square can serve as material for the development of programs in environmental education with the involvement of teachers and students. The purpose of this study was to promote a theoretical discussion about non - formal education, its consequences in the teaching and learning process, the importance of public spaces, especially the square, in the promotion of environmental education and the contribution of Geographic Science in the formation / construction of a more conscious, sensitive and critical human being with social and environmental issues.

**Keywords:** Non-formal space. City. Educational practice,

---

<sup>1</sup> Mestra em Geografia pelo programa de pós graduação em Geografia da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: tani.peres@gmail.com

<sup>2</sup> Mestrando pelo programa de pós graduação da Universidade Estadual de Maringá. E-mail: fabiogeaunb@gmail.com

## Introdução

A educação não-formal tem sido discutida por diversos autores de se debruçam aos estudos voltados à área da educação. A importância deste tipo de educação vem sendo evidenciada por instituições internacionais que a definem como uma aprendizagem ao longo da vida (CARVALHO, 2012).

A definição conceitual de educação não-formal ainda está longe de ser um consenso entre os pesquisadores, e somado a este fato existe constatação de que a conceituação depende ainda do contexto histórico de cada país, o que torna ainda mais complexa a compreensão desta forma de educação.

De forma geral, a educação não-formal é caracterizada por não contemplar normas rígidas, ter uma hierarquização de forma horizontal, não possuir uma progressão sequencial, e ainda, ser desenvolvida fora do ambiente escolar (GADOTTI, 2005).

O objetivo desta pesquisa é demonstrar a contribuição da Geografia no contexto da educação ambiental<sup>3</sup> por intermédio da educação não-formal, tendo como possibilidade espacial desenvolvimento desta prática educativa, a praça.

Com vista a atender o objetivo proposto, a metodologia utilizada foi a de caráter exploratório, onde foram realizadas leituras de livros e artigos científicos, em um primeiro momento, para um aprofundamento em relação ao tema estudado, e posteriormente, para seleção dos materiais que foram efetivamente utilizados.

Ao considerar que um dos objetivos da educação não formal é tornar os cidadãos conhecedores e críticos quanto ao espaço que os cerca, a Geografia se torna relevante, pois, possibilita a compreensão das relações que se estabelecem entre o homem e o meio no tempo e no espaço.

Comumente o ensino de geografia é realizado dentro do espaço escolar, entretanto, outra possibilidade de desenvolvimento da educação geográfica vem se desenhando fora deste ambiente formal, utilizando a cidade como fonte de informações. Dentre as possibilidades de espaços com potencial educativo está a praça, que, com a diversidade que lhe é característica, se torna propícia para a educação ambiental.

---

<sup>3</sup> Nesta pesquisa a definição de educação ambiental é a promulgada oficialmente pelo Ministério do Meio Ambiente (*apud* Adams, 2005) que considera a educação ambiental como “[...] processo permanente, no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem conhecimentos, valores, habilidades, experiências e determinação que os tornam aptos a agir – individual e coletivamente resolver problemas ambientais presentes e futuros”.

## **A educação não-formal no processo de ensino e aprendizagem**

As explanações teóricas sobre a educação não formal são facilmente encontradas em livros e artigos científicos sendo adotada como critério de diferenciação entre a educação formal e a informal. Todavia, considerando o objetivo desta pesquisa, o recorte teórico está pautado na compreensão da definição da educação não-formal e demais características desta modalidade de ensino.

A importância da educação não-formal como educação para o longo da vida tem sido evidenciada por várias instituições internacionais, tais como a Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa que adotou no ano de 2000 o reconhecimento quanto ao da educação não-formal como parte do processo educativo, e incitando todos os governos dos Estados Membros a consideração deste tipo de educação como aprendizagem ao longo da vida (CARVALHO, 2012).

No Brasil as discussões sobre a educação não formal são relativamente recentes, surgindo na década de 1980 tendo como foco principal a educação de adultos e a educação popular, cujo precursor foi Paulo Freire e alguns movimentos sociais (GARCIA, 2009). Ainda segundo o autor, na década de 1990 em virtude de alterações econômicas e do mercado de trabalho, houve uma mudança na demanda pela educação, acarretando no seu crescimento.

Os debates que envolvem educação formal e não formal no país, vem ao encontro do surgimento de organizações coordenadas pela sociedade civil e pelo aumento de trabalhos voluntários que acabaram por suprir a responsabilidade que era do Estado. Estas ações se tornaram diversificadas tendo seus projetos desenvolvidos em museus, hospitais, dentre outros (EIDELWEIN; TEL AMIEL, 2016).

Assim como tantos outros conceitos, a educação não formal é polêmica e encontra-se em constante processo de transformação, variando de acordo com as políticas adotadas por cada país em um dado contexto histórico.

Lopes, Godoy e Sousa (2016), ao analisarem um levantamento histórico sobre a educação não formal ressaltam que esta levou um longo tempo para ser considerada como um campo educacional. Para as autoras, a entrada da educação não formal no tríplice educacional (educação formal, não formal e informal) com todos os seus atributos, tais como, discurso e características próprias e relevância social e educacional ocorreram recentemente, o que leva a uma dificuldade em sua compreensão como modalidade educativa.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

Coombs (1986) menciona que o campo da educação não formal é diverso e acrescenta sua difusão já em 1968 considerando documentos mais antigos da UNESCO. Nota-se assim que a educação-não formal ainda que não considerada, à época, como uma ação educacional, já existia contemplando ações características, especificidades e possibilidades diversas para o campo da educação. O autor, ao discorrer sobre a educação não-formal a define como:

[...] espantoso conjunto de atividades de ensino e treinamento que constitui, ou deveria constituir, um importante complemento para o ensino formal de qualquer país. Estas atividades recebem os mais variados nomes: “educação de adultos”, “educação permanente”, “treinamento em serviço”, “treinamento acelerado”, “treinamento agrícola” e “serviços de extensão”. Atingem elas as vidas de muitas pessoas e, quando bem orientadas, podem contribuir de maneira substancial para o desenvolvimento individual e nacional e têm, também, possibilidade de dar uma alta contribuição para o enriquecimento cultural e a auto realização individual [...] as atividades educacionais não-formais constituem uma mistura de difícil classificação, avessa ao planejamento sistemático (COOMBS, 1986, p. 197-198).

Trilla (1996), ao referir-se à educação não formal de forma mais ampla a define como:

[...] todas aquellas instituciones, actividades, medios, ámbitos de educación que, no siendo escolares, han sido creados expresamente para satisfacer determinados objetivos educativos [...]. En resumen, un tipo de educación intencional, metódica, com objetivos definidos [...] pero no circunscrita a la escolaridad convencional (TRILLA, 1996, p. 11 - 12).

Afonso (1989) busca, através da compreensão e comparação entre a educação formal, não-formal e informal, a definição de cada uma. Nessa perspectiva ele defende a ideia de que:

[...] Educação não-formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolares) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a sua finalidade), diverge ainda da educação formal no que respeita a não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p.78).

Em continuidade a explanação dos conceitos apresentados para educação não-formal, tem-se Libâneo (2008) outro consagrado pesquisador da área da educação que contribuiu através do seu livro “Pedagogia e Pedagogos, para que? ” para a discussão dos conceitos de educação formal, não-formal e informal. Na concepção Libâneo (2008 p. 89) a educação não-formal se constitui através de “atividades com caráter de intencionalidade, porém com baixo grau de estruturação e sistematização, implicando certamente relações pedagógicas, mas não formalizadas”.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

O autor compreende que tanto a educação formal quanto a educação não-formal fazem parte de um mesmo sistema educacional, e ainda assevera que uma forma de educação não se torna substitutiva à outra, mas sim, podem ser entendidas de complementar.

Tanto nas escritas de Libâneo (2008) quanto de Afonso (1989), torna-se possível observar que ambos concordam ao apontarem que a educação não-formal, quando comparada a formal, possui características estruturais distintas, tais como as práticas pedagógicas aplicadas que dialogam diretamente com a realidade cultural dos sujeitos envolvidos na ação, bem como, no ambiente onde ocorrem.

Gadotti (2005) ao referenciar a educação não-formal corrobora com a ideia de seu desenvolvimento para fora dos espaços escolares formais e acrescenta que ela pode ser realizada com o apoio de igrejas, de sindicatos, da mídia, das associações de bairros, ONGs, dentre outros setores, porém, acrescenta que a educação não-formal também pode ser oferecida nas próprias escolas.

A educação não-formal tem como um de seus pontos de partida, a intencionalidade de tornar os cidadãos críticos diante da realidade que os cercam, sendo capazes de revolver os problemas do cotidiano, capacitar-se para o mercado de trabalho, conhecer e desenvolver suas habilidades, e ainda, organizar-se coletivamente (GOHN, 2006, 2007). Nesse sentido, a meta a ser alcançada na educação não formal é além da transmissão de informação, uma formação sociocultural e política (GOHN, 2006).

Segundo Gohn (2007), os processos mencionados anteriormente tornam-se possíveis por meio da consideração dos elementos já existentes na comunidade e a inserção de novos elementos por meio dos educadores e experiências a partir das ações desenvolvidas coletivamente, porém, direcionadas por eixos temáticos.

Ao retratar o processo educativo via educação não-formal (Gohn, 2006), discorre que nesta modalidade de ensino, os objetivos não são estipulados antecipadamente, mas sim, desenvolvidos durante o processo em que a atividade ocorre.

Ao retratar sobre as características da educação não formal Gohn (2006, p. 30), defende que:

[...] ela não é, organizada por séries/ idade/conteúdos; atua sobre aspectos subjetivos do grupo; trabalha e forma a cultura política de um grupo. Desenvolve laços de pertencimento. Ajuda na construção da identidade coletiva do grupo (este é um dos grandes destaques da educação não-formal na atualidade); ela pode colaborar para o desenvolvimento da autoestima e do empowerment do grupo, criando o que alguns

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

analistas denominam, o capital social de um grupo. Fundamenta-se no critério da solidariedade e identificação de interesses comuns e é parte do processo de construção da cidadania coletiva e pública do grupo.

Em síntese, pode-se dizer que a educação não-formal não possui regras rígidas estabelecidas, ela é fluída, menos burocrática e o nível hierárquico é menor, além disso, os próprios programas de desenvolvimento deste tipo de ensino não conta com a progressão sequencial hierarquizado, sendo a duração variável, podendo ou não conceder uma certificação de realização (GADOTTI, 2005).

Em relação ao método que pode ser operado na educação não formal, a autora assevera que:

O método nasce a partir de problematização da vida cotidiana; os conteúdos emergem a partir dos temas que se colocam como necessidades, carências, desafios, obstáculos ou ações empreendedoras a serem realizados os conteúdos não são dados a priori. São construídos no processo. O método passa pela sistematização dos modos de agir e de pensar o mundo que circunda as pessoas [...] Ambiente não formal e mensagens veiculadas “falam ou fazem chamamentos” às pessoas e aos coletivos, e as motivam. Mas como há intencionalidades nos processos e espaços da educação não formal, há caminhos, percursos, metas, objetivos estratégicos que podem se alterar constantemente. Há metodologias, em suma, que precisam ser desenvolvidas, codificadas, ainda que com alto grau de provisoriedade, pois o dinamismo, a mudança, o movimento da realidade segundo o desenrolar dos acontecimentos, são as marcas que singularizam a educação não formal [...] Em outras palavras, pode-se dizer que a educação não formal utiliza diferentes estratégias e linguagens para que os ensinamentos façam sentido aos educandos envolvidos, criando, assim, maior proximidade entre eles e a equipe educativa (GOHN, 2006, p.31-32).

Nota-se que, a partir da fala da autora supracitada, que para que ocorram as práticas da educação não-formal é importante que os participantes estejam motivados, tendo em vista que, a ação só ocorre com a participação ativa das pessoas. Assim, é importante considerar a necessidade de uma aproximação entre o formador e o formando.

Outra questão polêmica que envolve esta forma de educação está em como avaliar o rendimento e o aprendizado do que está sendo proposto. Carvalho (2012), propõe algumas metodologias avaliativas considerando a variabilidade de idade e de eixos temáticas que podem ser trabalhados nos projetos de educação não-formal. A autora propõe, por exemplo, avaliação por aspectos comportamentais, mas também, ressalta que é comum a realização de uma avaliação da ação de formação.

Assim como na educação forma a não formal também apresenta resultados que desejam ser alcançados. Nesse contexto, de forma ampla, Gohn (2006) defende que os resultados a serem obtidos são:

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

[...] consciência e organização de como agir em grupos coletivos; a construção e reconstrução de concepção (ões) de mundo e sobre o mundo; contribuição para um sentimento de identidade com uma dada comunidade; forma o indivíduo para a vida e suas adversidades (e não apenas capacitação para entrar no mercado de trabalho); quando presente em programas com crianças ou jovens adolescentes a educação não-formal resgata o sentimento de valorização de si próprio (o que a mídia e os manuais de autoajuda denominam, simplificada, como a autoestima); ou seja dá condições aos indivíduos para desenvolverem sentimentos de autovalorização, de rejeição dos preconceitos que lhes são dirigidos, o desejo de lutarem para ser reconhecidos como iguais (enquanto seres humanos), dentro de suas diferenças (raciais, étnicas, religiosas, culturais, etc.); os indivíduos adquirem conhecimento de sua própria prática, os indivíduos aprendem a ler e interpretar o mundo que os cerca. (GOHN, 2006, p. 30).

Ante o exposto, a delimitação espacial para a realização das atividades de educação não formal é importante pois contribuem, ou não, para o objetivo proposto e, conseqüentemente, para atingir os resultados esperados. Partindo desse pressuposto, nesta pesquisa, as praças passam a ter uma importante relevância no que concerne à educação ambiental pelo viés da Geografia.

### **A praça como espaço de aprendizagem para educação ambiental**

O conhecimento geográfico compreende um caráter social emancipatório, pois, contribui no processo evolutivo dos sujeitos. Para tanto, conhecer o espaço e refletir sobre as relações que ali se desencadeiam é fundamental para o exercício da cidadania, bem como, possibilitar condições o viver bem em coletividade.

Nos parâmetros curriculares nacionais do ano de 1998, é possível observar que o papel da Geografia compreende o ato de possibilitar o conhecimento do espaço geográfico que, por sua vez, contempla as relações que envolvem o homem e a natureza, a produção industrial, o desenvolvimento social e científico, dentre outros (BRASIL, 1998).

Diante o apresentado, é notório a contribuição dos conhecimentos geográficos no processo de ensino-aprendizagem. A prática do ensino de geografia é tradicionalmente desenvolvida nos espaços escolares, ou conhecida também, como espaços formais de educação. Ainda que considerando de suma importância os conhecimentos produzidos no ambiente escolar, é valoroso reflexionar que o papel do geógrafo educador tem sido cada vez maior, haja vista, bem como revela Junior, Amaral e Malheiro (2014) a necessidade cada vez

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

maior dos conhecimentos propiciados pela ciência geográfica objetivando, a formação cidadã, o que inclui os espaços não-escolares.

Ao se discorrer sobre os espaços não escolares, ou não formais de educação, é possível pensar em um dos espaços mais estudados pela ciência geográfica, e que é fruto das ações diretas dos seres humanos, a cidade.

Pensar a cidade é concebê-la não apenas por meio de suas funções econômicas e sociais, mas também, refletir quanto ao seu potencial educativo, ou seja, a cidade como uma escola a céu aberto. Dentre tantos espaços da cidade com possibilidades educativas, estão os espaços públicos, e dentre eles, as praças.

Antes de compreender a potencialidade desse espaço no processo educativo não formal, é importante que se entenda a motivação que leva os espaços públicos a serem de significativa importância.

Cabem, principalmente aos espaços livres, as funções de socialização e lazer, os quais, segundo Cavalheiro et al. (1999, p.7), “[...] constituem-se de espaços urbanos ao ar livre, destinados a todo tipo de utilização que se relacione com caminhadas, descanso, passeios, práticas de esportes e, em geral à recreação e entretenimento em horas de ócio;”. Os espaços livres podem ser privados coletivos ou públicos (CAVALHEIRO et al., 1999)

Para Woolley et al. (2004, p. 12): “Espaços públicos caracterizam-se por locais abertos a todos, independentemente da origem étnica, idade ou sexo [...]”, ambientes de encontro, que conferem identidade e sentido de lugar para a comunidade local.

Para Caputo (1999, p. 13): “Refletir sobre o espaço público significa refletir sobre a cidade, sobre as maneiras de habitá-la ou sobre as formas por meio das quais se constrói e se representa”. O espaço público é a essência da relação entre formas e sujeitos, a qual estabelece e configura a dinâmica do espaço como um todo. “É o lugar de encontro dos indivíduos uns com os outros, de encontro também com a sua própria cidadania, permitindo desenvolver e consolidar a sua vida em comunidade” (PEREIRA, 2008, p. 12). O espaço público caracteriza-se, sobretudo, pelo livre acesso e pela interação de sujeitos entre si e com o ambiente.

[...] as relações sociais se realizam, concretamente, na qualidade de relações espaciais – constituindo-se enquanto atividade prática. Nessa direção, a reflexão sobre a cidade é, fundamentalmente, uma reflexão sobre a prática socioespacial que diz respeito ao modo pelo qual se realiza a vida na cidade, enquanto formas e

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

momentos de apropriação do espaço como elemento constitutivo da realização da existência humana (CARLOS, 2007, p. 11).

São as ações e necessidades cotidianas que desencadeiam e concretizam a relação entre sociedade e ambiente, entendidas aqui como práticas socioespaciais. Segundo Loboda (2009, p. 36): “[...] as práticas socioespaciais são mediadoras da apropriação da cidade ou parte dela e, por conseguinte, dos seus lugares, incluso dos espaços públicos”. Sob essa concepção admite-se a praça enquanto categoria de análise à luz da Geografia, ou seja, o espaço físico entendido a partir das relações socioespaciais que aí se desencadeiam.

Segundo Robba e Macedo (2002, p. 11): “A praça, juntamente com a rua, consiste em um dos mais importantes espaços públicos urbanos da história da cidade [...]”. Elemento que confere identidade e distinção à *urbe*. Na concepção de Segawa (1996, p. 31): “A praça é o espaço ancestral, que se confunde com a própria origem do conceito ocidental urbano”.

Historicamente a praça é tida como estrutura urbana centralizadora “[...] é o espaço público da prática da vida pública. Tem papel predominante no desenho e na vida das cidades [...]. [...] foco de convergência de edifícios públicos e ruas, de fluxos de pessoas e atividades sociais” (ALEX, 2008, p. 275-276).

Conceitualmente a praça apresenta diferentes abordagens. Na concepção de Lamas (2004, p.102) “[...] é o lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, de práticas sociais, de manifestações de vida urbana e comunitária e de prestígio, e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas”. Para Alex (2008, p. 279) as praças “[...] são lugares públicos de encontro e convívio de grupos sociais diferentes, isto é, construção da cidadania e da democracia”.

Nota-se, nas definições citadas, a presença latente da função social do logradouro. De Angelis et al. (2005, p. 1-2) sintetizam a ideia principal que permeia as definições expostas: “Do romantismo à praticidade, conceitos e funções sobre as praças existem os mais diversos; no entanto todos têm um ponto em comum: é o local da reunião, do encontro”.

Fica explícita nesses conceitos a importância, a representatividade e o significado que a praça desempenha no contexto das cidades, enquanto local público que assume funções diversas, sobretudo sociais e, portanto, passível de ser estudada e analisada sob a ótica geográfica.

A partir das diversas funções que a praça assume, cabe enfatizar a função educacional, algumas vezes materializadas em aulas de campo, eventos políticos, manifestações culturais e

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

outras reuniões informais ou não, proporcionando e ampliando encontros com os mais diferentes seguimentos da sociedade.

No contexto educacional, Jacobucci (2008) afirma que um espaço educativo não formal (extraescolar) pode ou não, estar vinculado a uma instituição. Nos institucionalizados (museus, zoológicos, planetários, etc.), existem condições que determinam o seu funcionamento, além de um grupo de pessoas com o propósito de cumprir com a função educativa, distinguindo-os, dos não institucionalizados, como por exemplo, as áreas verdes, praças ou praias que podem ser utilizadas para a educação em ciências.

Nesse sentido, Trilla (2008, p. 19), relata que a aproximação da escola com os espaços educativos não formais se deu “a partir da segunda metade do século XX”. O surgimento dos espaços não formais, propiciou uma mudança na forma de interagir e comunicar-se com o público, escolar ou não, num ambiente acessível, apresentando o conhecimento científico por meio de uma linguagem adequada (simplificada), estabelecendo uma aprendizagem fora do contexto escolar (espaço formal institucionalizado). A praça nesse contexto, por meio de sua função educacional, pode se tornar um espaço educativo não formal para iniciativas em educação ambiental.

Possuindo como objeto de estudo, a relação da sociedade e a natureza, a Geografia é uma das áreas do conhecimento científico que mais se aproxima do conceito de educação ambiental, que segundo Dias (1994), enfoca a relação entre o ser humano, a natureza e o universo de forma interdisciplinar. Nesse sentido a Ciência Geográfica pode fornecer importante contribuição para este tipo de educação promovendo ainda mais seu caráter interdisciplinar.

Os programas de educação ambiental para serem executados com êxito dependem de algumas condições essenciais: formação do cidadão e conscientização da sociedade. Levando em consideração o caráter interdisciplinar que envolve a questão, Leff (2006) considera que a racionalidade ambiental apoiada na retotalização dos saberes e a integração do conhecimento, se sustenta em três pilares: valores morais, saberes culturais e conhecimento científico da natureza, estabelecendo dessa forma um conhecimento holístico sobre as questões ambientais em espaços educativos não formais (praças)

Nesse sentido as praças, se apresentam como elementos interessantes para a prática de educação ambiental em um contexto mais abrangente, por conta de sua multifuncionalidade (social, estética, ambiental, etc.). Nessa perspectiva é torna-se plenamente pertinente a

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

utilização de tais espaços com o propósito de uma educação geográfica no contexto não-formal, evidenciando as características e fatos socioculturais e ainda os aspectos históricos e ambientais que permeiam a origem e o desenvolvimento das cidades, pode se tornar uma estratégia eficiente para a ocupação desse espaço, trazendo-lhes uma ressignificação.

### **Considerações finais**

No Brasil o estudo sobre educação não formal é recente, o que ocasiona uma lacuna, principalmente, quanto suas possibilidades metodológicas e avaliativas. Percebe-se em linhas gerais, que a intenção da educação não formal não está embasada em se estabelecer como contraponto ou classificá-la como superior em importância à outras modalidades de ensino, mas sim, complementar a elas.

Sua flexibilidade no que tange a utilização de espaços diversos da cidade, nos leva a reflexão da utilização das praças como locus importante para a aprendizagem, pois nela se caracteriza um microambiente de relações sociais onde é possível analisar diversos atributos próprios daquela sociedade, colocando o educando frente a sua realidade, utilizando no processo ensino-aprendizagem, a própria vivência cotidiana do mesmo.

Não obstante, a Geografia torna-se relevante por compreender o espaço por meio da articulação de fatores concretos e abstratos, que ao longo do tempo configuram e reconfiguram o espaço.

Sob a óptica da Geografia, o ensino de educação ambiental ganha destaque nesse processo, promovendo a sensibilização para a leitura do mundo a partir do ambiente, onde a aprendizagem se torna uma ferramenta de mediação da construção social.

A educação não-formal vem a contribuir com esta prática educativa, no sentido da não imposição de normas rígidas para o desenvolvimento de atividades vinculadas ao eixo temático proposto. Deste modo, os participantes passam a ter uma liberdade maior para exteriorizar os conhecimentos obtidos por outros processos educativos, por intermédio de propostas que privilegiem o lúdico.

### **Referências**

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

ADAMS, B. G. **O que é Educação Ambiental?** 2005. Disponível em: <<http://www.apoema.com.br/definicoes.htm>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

AFONSO, A. J. **Sociologia da educação não formal**: Reactualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: A. J. ESTEVES; S. R. STOER (Orgs.); *A sociologia na escola*. p.83–96, Porto: Afrontamento, 1989.

ALEX, S. **Projeto da praça**: convívio e exclusão no espaço público. São Paulo: SENAC, 2008.

BRASIL, **Secretaria de Educação Básica**. Orientações Curriculares de Ensino Médio. Brasília: MEC; SEB, 2004, 399p.

CAPUTO, P. La arquitectura del espacio público entre el cuidado del lugar y las figuras de la Tradición. In: CAPUTO, P. (Org.). **La arquitectura del espacio público**: formas del pasado, formas del presente. Sevilla: Triennale di Milano: Junta de Andalucía. 1999. p. 13-19.

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano**: novos escritos sobre a cidade. São Paulo: Labur, 2007.

CARVALHO, Z. S. **Educação não formal**: a aprendizagem promovida pela sociedade civil. In: Manual de métodos de promoção da aprendizagem para a educação não-formal. Financiado pela União Europeia. 2012. Disponível em: <[http://www.uepaane.org/files/1614/6055/4557/3\\_Manual\\_Metodos\\_de\\_Promocao\\_para\\_a\\_Aprendizagem\\_Nao-Formal.pdf](http://www.uepaane.org/files/1614/6055/4557/3_Manual_Metodos_de_Promocao_para_a_Aprendizagem_Nao-Formal.pdf)>.

CAVALHEIRO, F.; NUCCI, J. C.; GUZZO, P.; ROCHA, T. Y. Proposição de terminologia para o Verde Urbano. **Boletim Informativo da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 7, jul/ago/set. de 1999.

COOMBS, P. A crise mundial da Educação: uma análise de sistemas. São Paulo: Perspectiva, 1986.

CORNELI, V. M. **A Praça no contexto de pequenas cidades na microrregião de Campo Mourão – PR**. 2013. 309 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2013.

DE ANGELIS, B. L. D.; ANGELIS NETO, G.; BARROS, G. D. A.; BARROS, R. D. A. **Praças**: história, usos e funções. Maringá: EDUEM, 2005. (Coleção *Fundamentum*, 15).

DIAS, G.F. **Atividades interdisciplinares de educação ambiental**. São Paulo: Global, 1994.

EIDELWEIN, M. Pagel; AMIEL. Tel. Construindo uma tipologia para categorizar atividades em espaços híbridos. **Simpósio internacional de educação à distância. Encontro de pesquisadores em educação a distância. Universidade de São Carlos**. 2016. Disponível em: < <http://sistemas3.sead.ufscar.br/ojs/index.php/2016/article/viewFile/1757/747>>. Acesso em: 12 jul.2018.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

GADOTTI, M. A questão da educação formal/não-formal. **Droit à l'éducation: solution à tous les problèmes sans solution? Institut International des droits de l'enfant, Sion, 2005.** Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT26052010212813.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

GARCIA, V. A. **A Educação não-formal como acontecimento.** Universidade Estadual de Campinas- SP. 2009. p. 53–64 f. (Tese de Doutorado) – PUC – Campinas, SP, São Paulo, 2009.

GOHN, M. G. Educação não-formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas nas escolas. **Ensaio: aval. pol. públ. Educ.**, Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38. 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ensaio/v14n50/30405>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

GOHN, Maria da Glória. **Não-fronteiras: universos da educação não-formal.** São Paulo, Itaú Cultural, 2007. Disponível em: <<http://d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2012/02/000323.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2018.

JACOBUCCI, D. F. C. Contribuições dos espaços não formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v. 7, p. 55-66, 2008. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/revextensao/article/view/20390/10860>>. Acesso em: 11 jul. 2018

LOPES, L. M. GODOY, P.; SOUSA, R. C. **A educação não formal.** 2016. 47 f. Trabalho de Conclusão de Curso Americana, SP. (Graduação em Pedagogia) - Faculdade de Americana Disponível em: <<http://aplicacao.vestibularfam.com.br:881/pergamumweb/vinculos/000001/>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

PEREIRA, M. M. D. C. E. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

JÚNIOR, S. C. T.; AMARAL, M. D. B. MALHEIRO, B. C. P. **Praticando a Geografia em ambientes não-escolares: uma experiência na orla fluvial de Belém-Pará.** Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 18, n. 1, jan./abr. 2014.

LEFF, E. **Epistemologia Ambiental.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

LIBÂNEO, J. C. **Pedagogia e pedagogos pra quê?** 10 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

LOBODA, C. R. Espaço público e práticas socioespaciais: uma articulação necessária para análise dos diferentes usos da cidade. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 1, n. 31, p. 32-54, 2009.

PEREIRA, M. M. D. C. E. **Praças públicas sustentáveis: caso de renovação das praças.** 2008. 142 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2008.

<https://periodicosonline.uems.br/index.php/GEOF/index>

ROBBA, F.; MACEDO, S. S. **Praças Brasileiras. Public Squares in Brazil.** São Paulo: Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002.

SEGAWA, H. **Ao amor do público: jardins no Brasil.** São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1996.

TRILLA, J. **A educación fuera de la escuela: ámbitos no formales y educación social.** Barcelona: Ariel, 1996.

TRILLA, J. A educação não formal. In: ARANTES; Valéria Amorim (Org.). **Educação formal e não formal.** São Paulo: Summus, 2008.

WOOLLEY, H.; ROSE, S.; CARMONA, M.; FREEDMAN, J. **The value of public space.** London: CABE Space, 2004.

*Recebido em 07 de setembro de 2018.*

*Aceito em 25 de novembro de 2018.*